


A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUF RJ

www.sintufRJ.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

IBREI (CUT)



Governo adia assinatura do acordo

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça, foi porta-voz de mais uma pisada de bola do governo. Na quinta-feira, dia 24 de setembro, o Comando Nacional de Greve/Fasubra não recebeu o documento de termo de acordo do MPOG, conforme estava previsto. Isso somente ocorrerá na terça-feira, dia 29, segundo informou Mendonça.

A orientação do CNG/Fasubra à base é muito simples: “Só vamos sair da greve depois que assinarmos com o governo”.

O CNG/Fasubra questionou a decisão do governo em prolongar a greve: “Vocês estão jogando a greve para mais duas semanas. Agora está nas mãos do governo”.

PÁGINAS 3, 4, 5, 6 E 7

Assembleia na UFRJ

Quinta-feira, dia 1/10, às 10h, no Quinhentão (CCS).

Todos lá, porque a batalha continua!

CLG/SintufRJ
deliberou pela
realização das
matrículas
presenciais do
Sisu

DOIS PONTOS

XIII Seminário Internacional Paulo Freire

Realizado nos dias 1º e 2 de setembro no Centro de Convenções da Universidade de Campinas, o XIII Seminário Internacional Paulo Freire foi aberto pelos reitor e vice-reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge e Álvaro Penteadro Crosta, pelos pró-reitores de Pesquisa e de Graduação da mesma instituição, Glaucia Maria Pastore e Luiz Alberto Magna, respectivamente, pela secretária de Educação de Campinas, Solange Villon Pellice, pelo coordenador do evento e do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, Francisco Genésio Lima de Mesquita, e pela coordenadora da mesma entidade, Margarida Barbosa.

Na oportunidade, a professora colombiana e fotógrafa, Maya Corredor, expôs fotos da exposição de produtos reciclados que realizou na Argentina. O trabalho fotográfico dela baseou-se na pesquisa que realizou com a população, que, por não ter acesso direto a bens de consumo e ainda por cima sofrer com a falta de saneamento básico, desenvolveu atividades de resistência na comunidade onde vive, transformando a reciclagem dos descartes de quem tem quase tudo num meio de vida.

A coordenadora pedagógica do Curso Pré-Vestibular do Sintufjr, Maxlene Bastos, que participou do seminário, cujo tema foi “A educação qualquer que seja ela é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”, considerou a experiência enriquecedora. “A atualidade do pensamento de Paulo Freire vem sendo atestada pela multiplicidade de experiências que se desenvolvem, tomando seu pensamento como referência em diferentes áreas do conhecimento e em diferentes países do mundo. A partir de uma concepção educativa própria, que cruza a teoria social, o compromisso moral e a participação política, Paulo Freire é, ele próprio, um patrimônio incontornável de reflexão pedagógica atual. Sua obra funciona como uma espécie de consciência crítica, que nos põe em guarda contra a despolitização do pensamento educativo e da reflexão pedagógica”, afirmou.



Fotos: Divulgação



MAYA Corredor



FEIRA de reciclados em comunidades latino-americanas

Reunião semanal dos aposentados

O Sintufjr convida os aposentados e pensionistas para a reunião semanal realizada às terças-feiras, às 10h, na sede da entidade, no Fundão. No dia 29/9 está na pauta a verificação de processos administrativos parados na Reitoria.

CPST investe na saúde do servidor

Na terça-feira, dia 29, às 10h30, a Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ (CPST) inaugura a Unidade de Telemedicina e Telessaúde do Servidor Público. Local: sala da CPST, na Rua Maurício Joppert da Silva, 2º andar, Cidade Universitária.

Bênção para os animais

O Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis, antigo Hesfa, realiza missa ecumênica para bênção de animais, no dia 2 de outubro, às 11h, na Capela São Francisco de Assis. Faça esse carinho a seu bichinho de estimação. A missa é aberta ao público.

Sexta Cultural

CANTA

Luiz Carlos da Vila

Roda de Samba


Leonardo Bittencourt


Tiago Testa


Arifan Jr.


Mariana Braga


Vaguilou


Márcio Jorge


Felipe Feijão


Neném da Cuica

2 DE OUTUBRO

SEXTA-FEIRA

das 16h às 22h - Espaço Cultural do Sintufjr
Ao lado da Prefeitura Universitária / Ilha do Fundão - UFRJ

Realização:  Apoio Cultural: 

Sexta Cultural: Toda a primeira sexta-feira do mês com um convidado especial

ASSEMBLEIA

Categoria indica ao CNG que aceita acordo

Foto: Renan Silva

Mas a greve dos técnicos-administrativos em educação da UFRJ continua até a assinatura do acordo e o CNG/Fasubra orienta pela saída unificada do movimento. Assembleia será na quinta-feira, dia 1º de outubro, às 10h, no auditório do Quinhentão (CCS)

A maioria dos presentes à assembleia dos técnicos-administrativos em educação da UFRJ, realizada na quarta-feira, dia 23, no hall da Reitoria, deliberou, depois de mais de quatro horas de discussão, acatar o indicativo do Comando Nacional de Greve (CNG)/Fasubra de aceitação da proposta de acordo do governo.

A categoria também aprovou a continuidade da greve até que

o CNG/Fasubra indique a saída unificada do movimento, o que somente deverá ocorrer após o governo assinar o novo acordo com a Fasubra.

Portanto, a greve na UFRJ segue até a nova assembleia geral, marcada para quinta-feira, dia 1º de outubro, às 10h, no auditório do Quinhentão (CCS). Esta greve, que começou no Brasil no dia 28 de maio e na UFRJ um dia depois, é a mais longa da história da Fasubra.

Assembleias como a da UFRJ, consideradas decisivas e que reuniram centenas de trabalhadores, se repetiram em todas as universidades do país, entre os dias 23 e 23 de setembro, e balizaram a resposta do CNG/Fasubra ao governo na quinta-feira, dia 24.

Proposta do governo

A proposta do governo prevê reajuste de 10,8% divididos em dois anos: 5,5% em agosto de 2016 e 5% em 2017; elevação do step para 0,1% em 2017; reajuste, dos benefícios em janeiro de 2016 – 22% para o auxílio-alimentação e auxílio-saúde e 300% para o auxílio pré-escolar –, além de alguns avanços na pauta específica da Fasubra.

Fasubra orienta recuo estratégico

A assembleia foi aberta com a análise das orientações do CNG/Fasubra, que informou sobre a conjuntura de forte crise econômica no país, com cortes de gastos e de investimentos que a greve da categoria teve que enfrentar, embora tenha se mantido forte, sem recuo das entidades que ingressaram no movimento desde o fim de maio.

Por último, a greve ainda foi surpreendida com o pacote do governo, que aprofundou o ajuste contra o funcionalismo público, com corte de direitos, suspensão de concursos e adiamento da data do reajuste para agosto de 2016.

Ao constatar que a categoria não tem o mesmo fôlego de 30 dias atrás e depois de avaliar não ser possível melhorar a atual proposta do governo, o CNG/Fasubra propôs recuo estratégico para continuar o combate em outro momento.

“Após longo debate, a maioria do CNG/Fasubra entendeu que seria um equívoco não assinar o acordo e apostar numa nova greve”, diz o informe baixado para as bases. E, após apresentar a repercussão e os efeitos da proposta de acordo, o CNG/Fasubra orientou que o acordo fosse assina-

do para que a categoria tenha um patamar menor de perdas e acumule forças para lutar numa greve em 2017.

O CNG/Fasubra orientou também pela suspensão da greve com retorno unificado ao trabalho, após a assinatura do acordo e a realização de assembleias pelas bases.



CATEGORIA discute os rumos da greve sob os pilotis da Reitoria

ASSEMBLEIA

O debate que se seguiu foi longo

“É uma migalha”, disse Valdenise Pinheiro, classificando a proposta do governo de rebaixada. “O corte do abono (permanência) é fichinha perto do que o governo quer fazer com a categoria”, ponderou, defendendo a rejeição da proposta “ridícula” e a manutenção da greve.



VALDENISE Pinheiro

“A crise é internacional e bate em todos os países, principalmente nos menos desenvolvidos. Chegamos num momento crucial em que está dado o limite do governo. A questão é aceitar os 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017 ou não aceitar e contribuir para o ajuste fiscal”, disse Paulo Marinho.



PAULO Marinho

“Acordem, se valorizem”, conclamou Jaqueline Gomes de Jesus, apontando que a proposta do governo é inútil: “Não troco um dedo de minha dignidade por este valor. Meu voto será pela rejeição da proposta deste governo e pela continuidade da greve”.



JAQUELINE Gomes

“Houve unidade dos que lutam. Foi bonita a greve. Parabéns. Mas hoje a maioria das universidades estão aceitando a assinatura desse acordo. Esse é o cenário que temos”, ponderou Esteban Crescente.



ESTEBAN Crescente

“É um momento de decisão”, disse Luiz Pustiglione, ponderando que não há como reverter a correlação de forças a ponto de melhorar a proposta e propondo a suspensão da greve, pois o menor prejuízo que se poderia ter era a assinatura do acordo.



LUIZ Pustiglione

Neuza Luzia apontou que outras categorias estavam assinando o acordo. “Se juntos fizemos uma greve forte e não conseguimos arrancar o acordo desejado, sozinhos em 2016 vamos arrancar alguma coisa melhor? Perdemos? Não podemos escamotear. Mas temos que discutir se vamos perder mais ou menos. Se a gente não quiser (o reajuste), o governo não vai ligar. Somos a favor da assinatura do acordo e sair unitariamente da greve para acumular forças para o próximo movimento”, disse ela.



NEUZA Luzia

“O governo quer impor a derrota da classe trabalhadora. Outras categorias assinaram o acordo rebaixado com alguns penduricalhos de cada categoria específica. Dinheiro para dar reajuste, tem. A cada dia são pagos R\$ 3 bilhões de juros e amortização da dívida. É uma contradição indicar o aceite do acordo e apontar a construção da greve geral”, disse Rafael Medeiros.



RAFAEL Medeiros

“Não estamos derrotados, a Federação trabalhou muito, mas chegamos ao nosso limite. Ganhamos unidade, estivemos na luta para fazer a greve acontecer. Não saímos derrotados. Mas não

podemos ficar isolados, pois não vamos conseguir nada”, disse Marli Rodrigues.



MARLI Rodrigues

“Outras entidades estão saindo da greve. Vamos ficar sozinhos e isolados. Mas esse governo não é confiável. Como sair da greve antes que assinem o acordo? Precisamos do acordo assinado”, disse Iaci Azevedo.



IACI Azevedo

“Estamos dizendo que a greve não tem mais força. Mas isso não é uma lei de ferro para sempre. Temos nosso papel a cumprir na construção de uma greve geral que pode arrancar mais coisas lá na frente”, disse Thiago Loureiro.



THIAGO Loureiro

“Voto pela manutenção da greve por entender ser a única ferramenta que temos para mostrar para o governo que não temos que ir a seu reboque. Temos que manter a greve”, disse José Carlos.



JOSÉ Carlos

“É com certo apego no coração que defendo a saída da greve. As nossas pernas já estão fracas. Meu coração diz que devemos continuar a greve, o governo não para de nos atacar. Mas a cabeça diz que é melhor parar para

pensar. E a greve não é o único instrumento de luta. Vamos sair da greve, mas a luta não acabou. Perdemos a batalha, mas a guerra será nossa”, disse Felipe Teles.



FELIPE Teles

“Não é o caminho que eu quero, mas o que o conjunto dos trabalhadores quer. E, nacionalmente, com representações referendadas por este plenário, o Comando Nacional de Greve fez

análise à luz dos fatos e apresentou um cenário que não é o melhor, mas que está dado. É a resposta do sim ou do não (ao acordo), e não está associado com o fim da greve neste momento, mas com a saída unificada. Queremos sair perdendo menos ou mais?”, resumiu Francisco de Assis.



FRANCISCO de Assis

Fotos: Renan Silva

Duas votações: Primeiro a categoria votou pela continuidade da greve; depois, se aceitaria o acordo do governo

A primeira votação foi sobre a manutenção da greve. Com apenas quatro votos contrários e oito abstenções, foi aprovada a continuidade do movimento até a assembleia que será realizada na quinta-feira, dia 1º, quando haverá nova avaliação. Em seguida,

a categoria votou se aceitava ou não a proposta do governo. Mais uma vez os trabalhadores se manifestaram, uns contra e outros a favor do acordo.

Mas com algumas abstenções, conforme registrou a mesa, a maioria aprovou a proposta do CNG/Fasubra.

Matrículas do Sisu e outros encaminhamentos

A assembleia também discutiu e deliberou sobre a solicitação da Reitoria (apresentada na reunião com o CLG/SintufRJ, dia 21) para que fossem realizadas as matrículas presenciais dos estudantes no Sisu, cujo prazo final dado pelo ministério foi 30 de setembro, sob pena de, caso contrário, a UFRJ perder cerca de 4.500 vagas na graduação.

Para a realização das matrículas, seria necessário que, entre os dias 28 e 30, 200 servidores — da Divisão de Registro de Estudantes e de secretarias acadêmicas — trabalhassem. O assunto foi debatido. Sensível à necessidade dos estudantes, a assembleia aprovou que, se o CNG/Fasubra assinasse o acordo com o governo, o Comando Local de Greve (CLG)/SintufRJ acataria que a Reitoria realizasse a matrícula presencial do Sisu.

CLG informa a Reitoria

No dia seguinte, com base no informe de que 40 entidades apontaram para

a assinatura do acordo, com indicativo de saída unificada da greve, o CLG/SintufRJ respondeu à Reitoria que a matrícula poderia ser realizada.

O CLG destacou a importância da luta de resistência dos trabalhadores nas três universidades que sustentaram a suspensão da matrícula do Sisu (UFRJ, Pelotas e Juiz de Fora) até o último momento, mas tomou sua decisão levando em conta que o governo impôs à universidade a realização da matrícula sob pena de perda de vagas e também por entender que o movimento não poderia ficar com a fatura de ter prejudicado a instituição e a população.

Comissão da pauta interna - Entre outros encaminhamentos, a assembleia reafirmou a continuidade da comissão formada por 10 integrantes do CLG para negociação da pauta interna.

ACORDO

Governo concorda com os seguintes pontos da pauta interna da Fasubra

3 - REIVINDICAÇÃO

Pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da categoria – pagamento imediato.

■ Resposta do governo

O tema obedece à legislação vigente, às decisões judiciais e dos órgãos de controle. Esta pauta será encaminhada para o MPOG.

● Avaliação

Não foi acatada pelo MEC, pois é pauta geral.

4 - REIVINDICAÇÃO

Reabertura de prazos para que os técnicos-administrativos em educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE.

■ Resposta do governo

Encaminhamento do projeto de lei ao MPOG que alterará o PCCTAE nos itens acordados na greve.

● Avaliação

Acatado pelo MEC.

5 - REIVINDICAÇÃO

Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando eles se encontravam na ativa.

■ Resposta do governo

Nota técnica nº 27/2014/CGNOR/DENOP/Segep/MP desfavorável.

● Avaliação

Não acatado pelo MEC. A luta continua.

6 - REIVINDICAÇÃO

Aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação.

■ Resposta do governo

Encaminhamento de projeto de lei ao MPOG que alterará o PCCTAE nos itens acordados na greve.

● Avaliação

Acatado.

7 - REIVINDICAÇÃO

Reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país.

■ Resposta do governo

Aplicado às mesmas condições e regras vigentes para os docentes

de acordo com as normas da Capes Reserve Sciences.

● Avaliação

Acatado.

8 - REIVINDICAÇÃO

Posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do ingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE.

■ Resposta do governo

Proposta remetida para discussão do aprimoramento da Carreira.

● Avaliação

Resultado condicionado ao resultado da discussão de aprimoramento.

9 - REIVINDICAÇÃO

Efativação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013.

■ Resposta do governo

Acordada a publicação do edital referente à adesão das Ifes ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Servidores da Carreira PCCTAE, para oferta de 2.000 vagas nos cursos de graduação e de 2.000 vagas nos cursos de especialização e discussão, em 2016, sobre a oferta do mestrado.

● Avaliação

Acatado edital antecipado.

10 - REIVINDICAÇÃO

Extensão para os técnicos-administrativos em educação do artigo 30 da Lei nº 12.772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação.

■ Resposta do governo

Encaminhado à Consultoria Jurídica do MEC (Conjur/MEC) para posteriores trâmites da minuta de projeto de lei que alterará o PCCTAE nos itens acordados na greve.

● Avaliação

Prazo de até 180 dias.

11 - REIVINDICAÇÃO

Turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário.

■ Resposta do governo

Que seja adotado o disposto no Decreto nº 1.590/95, alterado pelo Decreto nº 4.836/2003. Ofí-

cio já encaminhado às reitorias informando que a implantação dos turnos contínuos não implica na matriz de distribuição de vagas.

● Avaliação

Não acatado.

12 - REIVINDICAÇÃO

Pela revogação da lei que cria a Ebserh para gerir os hospitais universitários das instituições federais de ensino superior e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU).

■ Resposta do governo

Não acatado.

13 - REIVINDICAÇÃO

Reconhecimento da representatividade da Fasubra para negociação.

■ Resposta do governo

A pedido da Fasubra (Ofício nº 85/15-SEC e Ofício nº 137/15 SEC) foi encaminhado à Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para manifestação sobre a abrangência de atuação da Fasubra e Condsef.

14 - REIVINDICAÇÃO

Revogação das Orientações Normativas nº 6, 15 e 16 relativas à insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa.

■ Resposta do governo

Pauta geral. Encaminhado ofício ao MPOG solicitando revisão (Ofício nº 536/15-SE-GAB-MEC).

● Avaliação

Acatado parcialmente. Prazo de 180 dias.

15 - REIVINDICAÇÃO

Pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas instituições de ensino e recomposição do orçamento.

■ Resposta do governo

O MEC diz que é favorável à defesa de orçamento para a Educação, mas que não cabe a ele a definição da política orçamentária do governo.

● Avaliação

Não acatado.

16 - REIVINDICAÇÃO

Por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal. E por uma composição paritária nos conselhos superiores.

■ Resposta do governo

Acordada a discussão do tema com início de agenda definida para 15/9, com a participação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

● Avaliação

Em discussão. Sem definição da metodologia do encaminhamento dessa pauta. A Fasubra propõe que seja aproveitado o relatório do GT que trabalhou o tema.

17 - REIVINDICAÇÃO

Pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas Ifes.

■ Resposta do governo

Encaminhado Ofício Circular nº 004/AECI/GM/MEC de 25/12/2014, orientando os dirigentes das Ifes a redobrar a atenção, zelo e cautela na instauração de procedimentos disciplinares com respaldo em evidências consistentes de autoria e materialidade.

● Avaliação

Acatado.

18 - REIVINDICAÇÃO

Construção/ampliação de creches nas Ifes, atendendo à demanda da comunidade acadêmica.

■ Resposta do governo

Respondido no Ofício nº 32/2015/Sesu/MEC, no qual considera que as creches são de responsabilidade dos municípios e remete à política municipal de educação o atendimento, ou não, dessa demanda.

● Avaliação

Não acatado.

19 - REIVINDICAÇÃO

Construção de uma política de combate efetivo ao assédio

moral nas instituições federais de ensino.

■ Resposta do governo

O tema será objeto de discussão em seminário nacional, cujo planejamento já está sendo elaborado.

● Avaliação

Acatado.

20 - REIVINDICAÇÃO

Dimensionamento.

■ Resposta do governo

MEC apresenta minuta de portaria.

● Avaliação

Acatado.

21 - REIVINDICAÇÃO

Reposicionamento dos aposentados.

■ Resposta do governo

Nota técnica nº 18/2014/CGNOR/DENOP/Segep/MP.

● Avaliação

Não acatado. A luta continua.

22 - REIVINDICAÇÃO

Racionalização (alteração do artigo 18 da Lei nº 11.091/05).

■ Resposta do governo

Acordada a discussão dos pontos em que não houve consenso no GT. Posteriormente a entidade acrescentou proposta de alteração do artigo 18 da Lei nº 11.091/05, que será tratada na revisão da Carreira.

● Avaliação

Remetido para a discussão de revisão da Carreira.

23 - REIVINDICAÇÃO

Portaria de afastamento para qualificação/capacitação.

■ Resposta do governo

Discutida nas reuniões da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira minuta de portaria enviada para análise da área jurídica e do MPOG.

● Avaliação

Remete para finalização no prazo de até 180 dias.

24 - REIVINDICAÇÃO

Liberação de dirigentes sindicais.

■ Resposta do governo

Pauta geral.

● Avaliação

Foi enviada para o MPOG.

PAUTA INTERNA

Reitor se compromete com reivindicações da categoria

Os temas da pauta serão tratados em comissões paritárias (trabalhadores e Reitoria) e as primeiras reuniões sobre turnos contínuos e Centro de Convivência serão esta semana



As reivindicações contidas na minuta de acordo da pauta interna apresentadas pelo Comando Local de Greve (CLG)/Sintufrj à Reitoria durante sessão do Conselho Universitário (dia 17) foram discutidas com o reitor Roberto Leher e os pró-reitores na segunda-feira, dia 21, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), na Praia Vermelha.

Nenhum item da pauta foi rejeitado pelo reitor e pelos pró-reitores, que propuseram a criação de comissões para discussão da maioria das reivindicações. Nesse mesmo dia a Reitoria indicou seus representantes nas comissões e chegou a estabelecer prazos para o início dos trabalhos.

Demonstração de respeito à categoria

“Há tempos estávamos planejando esta reunião”, saudou Leher o CLG/Sintufrj, que recebeu os representantes da categoria acompanhado por 11 integrantes da Administração Central: a vice-reitora Denise Fernandes, os pró-reitores Regina Dantas (Pessoal), Eduardo Serra (Graduação), Ivan da Costa Marques (Pós-Graduação

e Pesquisa), Roberto Gambine (Planejamento, Desenvolvimento e Finanças), Ivan Carmo (Gestão e Governança), Maria Malta (Extensão), o prefeito Paulo Mário Ripper, o superintendente de Pessoal, André Luiz Pereira, a coordenadora de Relações Institucionais, Vanessa Berner, e o chefe de gabinete, Agnaldo Fernandes.

O reitor situou os presentes sobre os graves problemas financeiros pelos quais passa a universidade, e que foram aprofundados pelos recentes cortes de verbas. Segundo ele, o pacote de ajuste fiscal do governo acentua o quadro de crise, em particular por causa de duas medidas: a que suprime o abono-permanência e a que suspende os concursos em 2016.

Leher estima que em 2016 cerca de 3.200 servidores já possam se aposentar. “Com esse quadro, teremos uma situação de inviabilidade completa do dia a dia da UFRJ, que será agravada pela falta de concurso público em 2016. Isso remete ao primeiro ponto que quero ver com vocês”, disse ao CLG.

Segundo ele, há concursos em andamento e que precisam ser levados adiante, embora em 2016

o governo possa não permitir a posse dos aprovados, sob pena de a universidade perder as vagas. “Ficariamos numa situação difícil sem a realização desses concursos, o que pode implicar mais terceirização”, afirmou.

De acordo com Leher, é urgente a necessidade de realização de concursos para docentes e técnicos-administrativos para preenchimento das vagas existentes.

Sisu – O reitor também manifestou preocupação com a data-limite dada pelo governo para a matrícula presencial no Sisu, que é 30 de setembro, e a necessidade de a UFRJ fazê-la para não perder o contingente de estudantes envolvido (cerca de 4.500).

Discussão da pauta

O coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis lembrou que o momento é delicado, principalmente depois do pacote que atingiu em cheio os servidores, e concordou com a preocupação do reitor em relação à ameaça da supressão do abono-permanência, que, somada ao corte dos concursos, pode esvaziar a universidade. E ponderou que o processo de

negociação com o governo vem se alongando, com desgastes para a categoria, e que, por outro lado, os pontos da pauta interna pouco avançaram na última gestão. E disse que é preciso haver negociações para a sinalização de consensos ou divergências para que a pauta avance.

Joana de Angelis acrescentou que é importante levar as demandas apontadas pela Reitoria à categoria, juntamente com a possibilidade de atendimento das demandas da pauta interna. Francisco de Assis complementou afirmando que os danos à UFRJ – como a não realização das matrículas do Sisu e/ou concursos, – são devidos à intransigência do governo e não do movimento.

Outros representantes do CLG – eram nove ao todo – também apontaram a necessidade de apresentar respostas à categoria na assembleia (quarta-feira, dia 23/9) que avaliaria tanto a negociação nacional como a local da pauta interna, para deliberar pelos encaminhamentos.

Ponto a ponto

O reitor apontou os pontos

comuns entre a pauta de reivindicações da categoria e o programa que garantiu a eleição da sua chapa à Reitoria, como a defesa da autonomia, democracia e organização do trabalho. “As questões da qualidade do trabalho, da saúde do trabalhador e do assédio moral estão no horizonte mais estratégico do projeto de universidade. Certamente temos uma convergência forte de agendas. Isso fortalece o debate interno”, afirmou Leher.

A Reitoria não levantou obstáculo a nenhum dos pontos da pauta interna, ao contrário, informou que alguns deles já estavam sendo tratados. E se comprometeu com a criação de comissões paritárias para tratar da maioria das questões. E imediatamente foram criadas diversas comissões para dar prosseguimento à negociação das reivindicações. Algumas das comissões já têm nomes de representantes da Reitoria, indicados pelas pró-reitorias, que vão tratar dos temas, e até previsão de início dos trabalhos, como as que ficarão responsáveis pelos encaminhamentos do Centro de Convivência e dos turnos contínuos, que se reunião ainda esta semana.

Responsáveis pelos temas

Sobre turnos contínuos – Os representantes da Reitoria são a pró-reitora de Pessoal, Regina Dantas, e o superintendente, André Pereira, o pró-reitor Roberto Gambine (PR-3) e o chefe de Gabinete, Agnaldo Fernandes.

Combate ao assédio moral – A Reitoria está aperfeiçoando a proposta inicial construída com a participação do Sintufrj, que foi formalizada como instrução normativa pela PR-4. O texto está sendo concluído, para ser apresentado ao Conselho Universitário. Os representantes da Reitoria na comissão são Regina Dantas, André Pereira e Vanessa Bernes (coordenadora de Relações Institucionais).

Centro de Convivência – Pela Reitoria atuarão Ivan Carmo (PR-6), Paulo Mário (Prefeitura), Maria Malta (PR-5).

Valorização do trabalho – A Reitoria informou que já iniciou o debate sobre a educação formal para o servidor e que pretende implementá-la em breve. Os representantes da Reitoria na comissão são os pró-reitores da PR-1, PR-2, PR-4 e PR-5.

Democratização – A Reitoria está elaborando uma proposta de

realização de um Congresso Universitário para apresentar ao movimento. Com base nos resultados desse congresso, que deverá ser paritário, pretende estabelecer a discussão de uma estatuinte conforme reivindica o CLG/Sintufrj.

Regularização fundiária da Vila Residencial – Ivan Carmo tratará do tema.

Saúde do trabalhador – É compromisso da gestão. Ao término da greve, será iniciado o exame periódico dos trabalhadores, e para isso a UFRJ irá contar com a infraestrutura hospitalar da universidade e com apoio do IPPMG. A reivindicação será tratada pela PR-4.

Terceirização – A Reitoria informou sobre as ações que irá pôr em prática para tratar a questão, inclusive os extraquadro, adiantando que já está em contato com as direções dos HUs.

Ebserh – A Reitoria disse que há consenso com o ponto referente ao compromisso institucional em defesa dos HUs vinculados à UFRJ e de não adesão à Ebserh.

Prazo – As comissões, assim que instaladas, definirão seu próprio calendário e prazos.

Oficina preparará para comissão paritária

Os representantes do CLG encarregados da negociação da pauta interna permaneceram reunidos no auditório do CFCH após a reunião com a Reitoria para discutir encaminhamentos. Eles propuseram, entre outras coisas, que o CLG se reunisse após a próxima assembleia de quinta-feira, dia 1º, e a realização de uma oficina sobre os turnos contínuos, para preparar a intervenção da categoria na comissão paritária.

UFRJ lança Núcleo da Auditoria da Dívida Pública

Entidades representativas da comunidade universitária já aderiram à iniciativa, que pretende reforçar a campanha pela realização de auditoria da dívida pública do país

A palestra com Maria Lucia Fattorelli, auditora aposentada da Receita Federal e coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, realizada no dia 23 de setembro, no auditório do Quinhentão, no Centro de Ciências da Saúde (CCS), marcou a criação do Núcleo da UFRJ da Auditoria da Dívida Pública.

O objetivo da iniciativa é reunir pessoas das mais diferentes áreas da universidade para produzir pesquisas sobre os reflexos da dívida pública do país na UFRJ e apresentar propostas para a sociedade, e com isso reforçar a campanha pela realização da auditoria. As entidades da comunidade universitária – Sintufjr, Adufrj e DCE Mário Prata – já se integraram ao Núcleo.

Denúncias

Maria Lucia Fattorelli, que tem larga experiência na área de economia, com ênfase principalmente na dívida pública e administração tributária, abriu o debate informando que o pagamento da dívida pública compromete 45,11% do Orçamento da União em detrimento da fatia para investimentos sociais, como na Saúde e na Educação. E a crise nas universidades federais é um reflexo dessa política.

Ela apresentou a experiência de realização da auditoria da dívida externa do Equador em 2009, que possibilitou o aumento dos gastos com saúde e educação, e da auditoria da dívida pública da Grécia, em 2013. No Brasil, a CPI da Dívida Pública Brasileira na Câmara dos Deputados, realizada de 2009 a 2010, da qual Fattorelli foi assessora técnica, foi boicotada. Mas a especialista apresentou um relatório de mil páginas de análise da dívida interna e externa, dos estados e municípios, por conta da experiência no Equador: “Não deu em nada, mas levantei muita coisa”.

“A auditoria da dívida, de qualquer forma, está prevista na Constituição e nunca foi realizada”, denunciou. Fattorelli lembra que a sociedade brasileira já se mobilizou no ano 2000 com a realização do plebiscito pela auditoria e obteve seis milhões de votos, entregues aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, também sem resultados

por parte do Estado. No entanto, a mobilização resultou na criação da organização da Auditoria da Dívida Cidadã Brasileira, a qual está como coordenadora há 15 anos.

“Nosso foco na auditoria cidadã é a dívida pública. Queremos saber que dívida é essa e o que impede o atendimento dos direitos humanos no nosso país. De onde vem essa dívida? Quem contraiu? Quem nós realmente devemos? O que é dívida? Qual é o mecanismo que gera dívida sem contrapartida? Onde foram aplicados os recursos? Uma auditoria vai responder a todos esses questionamentos.”

Só banqueiros lucram

Antes de entrar no debate da dívida, Fattorelli falou da conjuntura atual do Brasil para mostrar que a política está sempre atrelada à economia. “Vivemos numa crise que chamamos de seletiva, porque não atinge todos os setores. As universidades e as indústrias estão em crise, mas o setor bancário tem acumulado os maiores lucros”.

Em 2014, os bancos lucraram mais de R\$ 80 bilhões. E este ano já anunciaram um aumento nos lucros de mais de 15% em relação ao ano passado. “Que mágica é essa? A economia em crise e os bancos aumentando seus lucros? É evidente a transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado”, pontuou.

Segundo a especialista, o dinheiro que está faltando no atendimento dos direitos sociais está sendo transferido para os bancos por meio de mecanismos que utilizam a dívida pública. “Foi muito esperto utilizar o instrumento de endividamento público para ser o veículo dessa transferência de recursos para os bancos”, explicou.

“Além da crise financeira, vivemos uma crise social, uma crise política grave. E no meio dessa crise nós assistimos aos avanços das concessões ao capital. Os lucros dos bancos aumentando e as taxas de juros subindo. É a atuação de diversos mecanismos que geram dívida ao mesmo tempo que fazem transferência de recursos para os bancos. Aumentam-se tributos, e quem paga são os trabalhadores, os consumidores, a classe média e os



MARIA Lucia Fattorelli



TEMA mobilizou todos os segmentos da universidade

pobres”, resumiu.

Maria Lucia Fattorelli afirma que, se se cobrasse 5% por ano de imposto sobre fortunas superiores a R\$ 50 milhões, isso geraria uma receita anual de R\$ 90 bilhões. “Três vezes o tamanho do déficit que está impondo todo esse ajuste fiscal”.

Sistema de esquemas

De acordo com Fattorelli, o sistema em vigor utiliza o processo de endividamento público ao contrário. Isto é, ao invés de o endividamento representar aporte de recur-

sos para o Estado, ele se transforma numa engrenagem que continuamente sangra esses recursos. Um sistema de dívida que se reproduz internacionalmente, na América Latina e na Europa. Um sistema que também se reproduz internamente, atuando no Brasil na dívida dos estados e dos municípios. “É um grande esquema, cujo maior beneficiário é o setor financeiro nacional e internacional”.

O sistema opera utilizando várias engrenagens, com um setor influenciando o outro. Envolve

o modelo econômico, privilégios financeiros, sistema legal, sistema político, corrupção e a grande mídia. Todos eles alimentam o sistema da dívida. “Pagamos e sofremos o dano da subtração dos direitos sociais a que temos direito. É um sistema legal que amarra os direitos sociais e deixa à vontade os privilégios do setor financeiro. Tudo no texto da lei, que é votada pelo sistema político, que é financiado pelo sistema bancário e grandes empresas, que ganham os empréstimos financiados pelo BNDES”.

Universidades, estados e municípios

O sistema da dívida se reproduz nos estados e municípios porque grande parte de seus orçamentos são garfados para pagamento desta dívida que é “ilegal e ilegítima”, e que já foi mapeada pela Auditoria Cidadã da Dívida. “A União refinanciou essas dívidas no final da década de 1990, num processo completamente abusivo. E é o povo que está sendo onerado.”

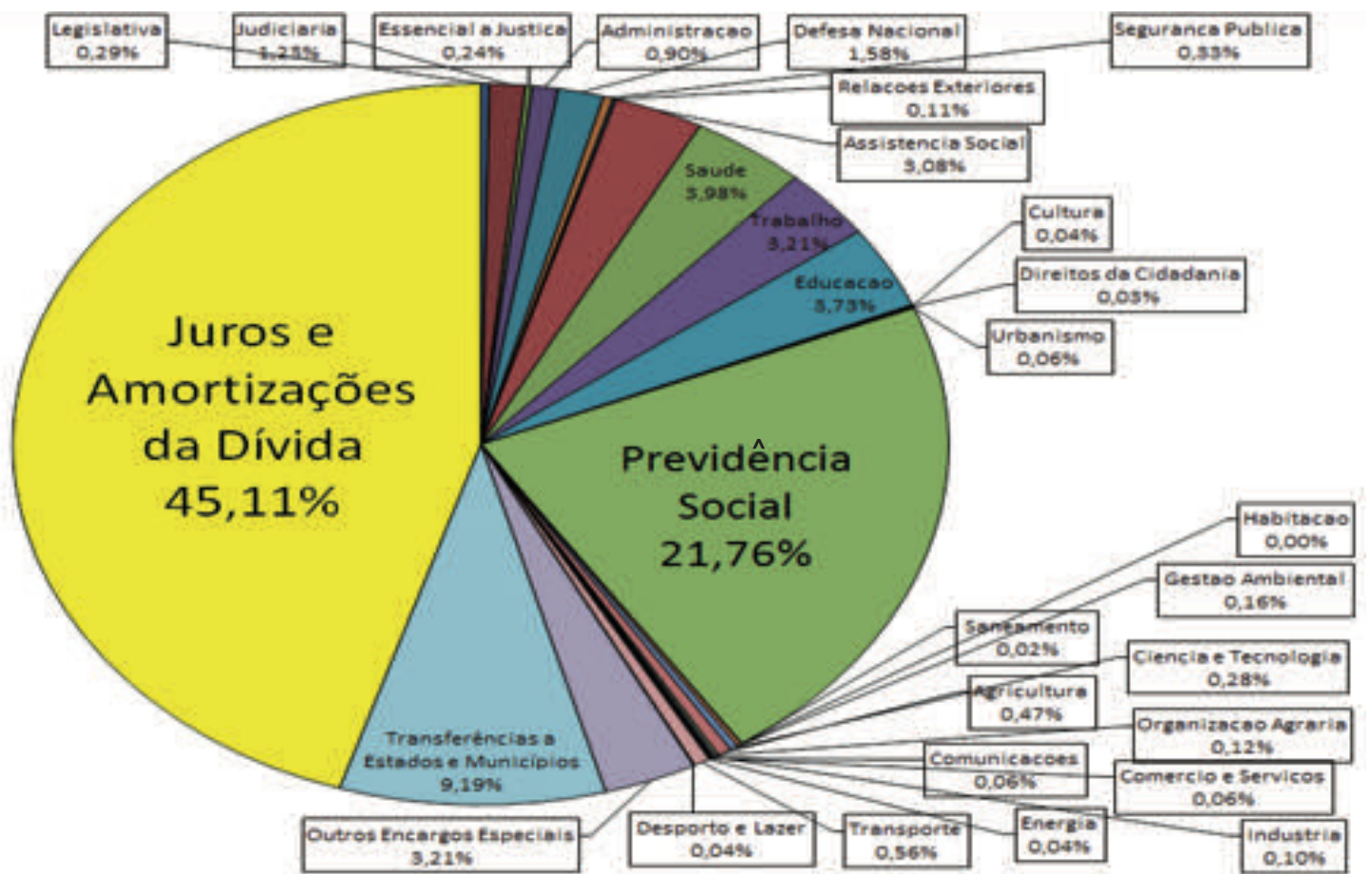
“Os estados quebraram devido aos juros extorsivos cobrados pelo FMI e aos empréstimos do Banco Mundial e dos bancos privados para pagar à União. E vieram as condicionantes: a modernização do Estado e os planos de privatização. No caso das universidades públicas, por exemplo, suprime-se esse debate, porque não há espaço para pensar. O setor privado é produtividade, meta e lucro.”

Como exemplo de um dos mecanismos que geram dívida sem contrapartida está a emissão de títulos da dívida para pagar juros. “Os gastos das universidades são despesas correntes. Por que tem um buraco em todas as universidades e em vários setores da saúde? Por que não pode emitir dívida para cobrir esse buraco?”, questionou Fattorelli.

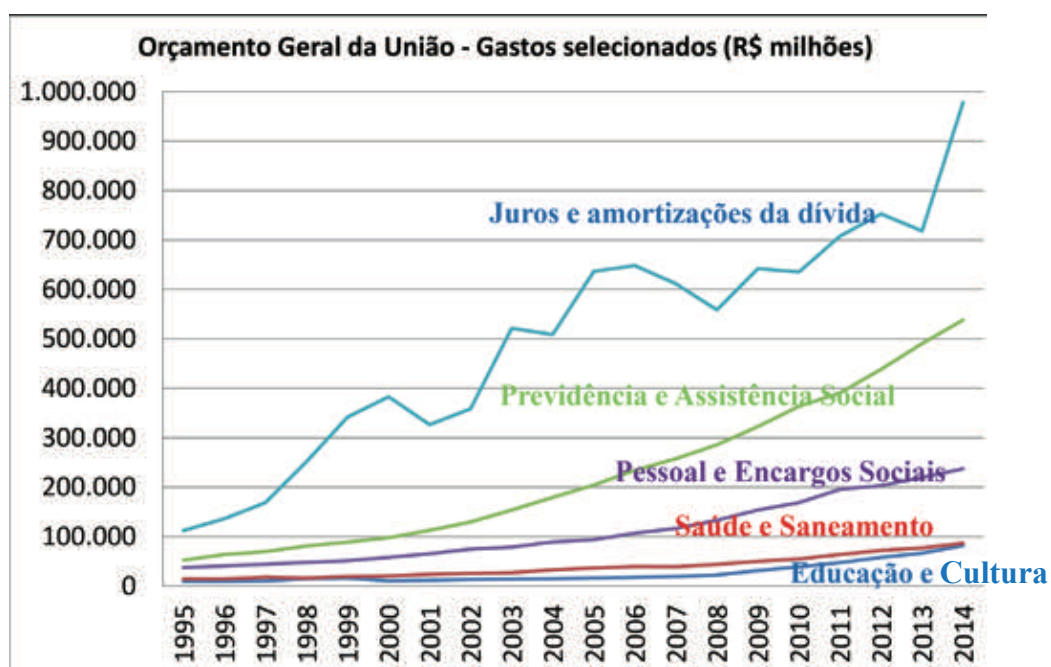
Segundo a palestrante, o artigo 167 da Constituição proíbe isso, pois diz que só pode emitir dívida até o limite das despesas de capital, que são investimentos ou então amortização da dívida. “Mas para juros que são despesas correntes pode. E isso gera o incremento da dívida, porque você começa a emitir dívida, para pagar despesas correntes, pagar juros. E a dívida interna já alcança R\$ 3 trilhões, 586 bilhões agora em julho, crescendo de forma exponencial”.

E depois vêm as taxas abusivas de juros e várias operações, como emissões de títulos da dívida interna para compra de dólares, cobertura de bilionários prejuízos operacionais do Banco Central. “Todos os prejuízos do BC são transferidos para o Tesouro. Só estamos pagando a conta”. A especialista explica que tudo isso decorre de uma política equivocada do BC. “Essa política equivocada de restrição da base monetária faz com que o Brasil não emita moeda por causa da base monetária restrita, mas emite dívida. E paga por isso o maior juro do mundo, o que amarra o orçamento, subjugando todos os direitos fundamentais e entrega o patrimônio”.

Dentre os privilégios financeiros está a política de superávit primário. Cortes de gastos e investimentos sociais, contingenciamentos, congelamentos salariais etc., para priorizar o pagamento de juros da dívida pública. O lucro das estatais vai para pagar a dívida, e o resultado das privatizações também.



O governo destina 45,11% do Orçamento da União para o pagamento da dívida pública. Para Educação, 3,73%; Saúde, 3,98%; Ciência e Tecnologia, que é ligada à Educação, 0,28%. A Previdência fica ainda com 21,76%.



Este gráfico mostra a evolução dos principais gastos desde o plano real até 2014. Saúde e Educação estão lá embaixo, gastos com a dívida estão lá em cima. Como se vê, os gastos com pessoal e encargos sociais estão um pouco acima de Saúde e Educação. “Dizem que ele é responsável pelo rombo das contas, mas não, o responsável pelo rombo são os juros”, defendeu Fattorelli. “E alguém ganha com isso. O escandaloso lucro dos bancos no Brasil – que ultrapassam R\$ 80 bilhões, quase o orçamento da Educação – este ano já subiu 15%”, informou.

Impacto na UFRJ

A pró-reitora de Extensão, Maria Malta, que é economista, mostrou os gráficos do orçamento da UFRJ e a dívida prevista, sem o contingenciamento. O maior gasto é com pagamento de serviços terceirizados, 32,4% do orçamento. E apenas 13,4% para investimentos. Já a dívida prevista com o pagamento de terceirizados está na ordem de 42%.

Se o MEC não renegociar ou não voltar a distribuir os recursos de maneira adequada, a UFRJ não conseguirá pagar as contas até o

fim do ano. Com o contingenciamento de 10% de custeio e 50% de capital anunciado, com o orçamento total calculado em R\$ 438 milhões e a despesa contratada de 696 milhões, o déficit previsto é de R\$ 328 milhões, informou a pró-reitora.

“O ajuste fiscal para a universidade significa esse buraco. Significa que a universidade não funcionará, principalmente com o último pacote do governo”. Segundo ela, o pacote retira o abono de permanência de 620 docentes e de

1.380 técnicos-administrativos em educação que estão trabalhando e que pedirão aposentadoria:

“Alguns já estão previamente anunciando sua aposentadoria, independente do abono. Vão sair 2.100 trabalhadores e não vão entrar outros, porque os concursos serão proibidos. E junto com eles vai embora o conhecimento acumulado por eles. Então vale a pena pensarmos: será que esse tipo de ação de política para a universidade pública não tem a intencionalidade de acabar com ela? O impacto disso

é a perda do conhecimento na universidade e a perda da capacidade de realização de suas atividades. É um buraco que, junto com o buraco orçamentário, irá significar o fechamento da maior universidade federal do país. Não podemos deixar isso acontecer.”

O evento reuniu também na mesa o professor Nelson Souza e Silva, idealizador do Núcleo da UFRJ de Auditoria da Dívida Pública, e a decana do Centro de Ciências da Saúde, Maria Fernanda Quintella.

TURNOS CONTÍNUOS

Categoria realiza oficina sobre o tema para se preparar para negociar com a Reitoria

O Comando Local de Greve (CLG)/Sintufjr realizou na quinta-feira, 24 de setembro, no Espaço Cultural do Sintufjr, uma oficina sobre a implantação dos turnos contínuos na universidade – jornada de 30 horas sem redução do salário –, que é um dos itens da pauta de reivindicações interna da categoria em discussão com a Reitoria.

A discussão buscou atualizar os técnicos-administrativos em educação com informações recentes sobre o tema e também qualificar os membros do CLG/Sintufjr que participarão da comissão paritária constituída na reunião com a Reitoria, no dia 21, que deu início à negociação da pauta interna.

A primeira reunião da comissão paritária que tratará da reivindicação dos turnos contínuos está prevista para o início de outubro.

Tarefa da oficina

O coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis explicou que a oficina objetivou

detalhar para a categoria o que são os turnos contínuos, as limitações, dificuldades e perspectivas para a concretização da implantação da proposta na universidade. Poucos sabem, mas a mudança da rotina na instituição beneficiará muito a população, que terá ampliado o atendimento de suas necessidades por parte da instituição.

Quintino Silveira, integrante do grupo de trabalho que o Sintufjr organizou sobre o tema, fez um histórico da luta pela conquista da reivindicação. Ele lembrou que o Sindicato, em 2014, chegou a apresentar a proposta ao Conselho Universitário, e que propôs também, à época, uma minuta de portaria para regulamentação da jornada de 30 horas que possibilite o turno contínuo. Mas a negociação não avançou.

Outra tarefa da oficina foi a atualização dessa mesma minuta para apresentação à comissão paritária de negociação com a Reitoria.

“O reitor se comprometeu (na reunião com o CLG) com as demandas de interesse

da comunidade. Podemos aprofundar os avanços em relação a esse ponto e buscar

o compromisso dele com este debate”, concluiu Francisco de Assis.

**PICADINHAS**

“Liberais não gostam da população mais pobre”

“Os liberais não gostam da população mais pobre e defendem políticas contra os trabalhadores”. Esta é a opinião do professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. Para o economista e ex-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), a agenda que os tucanos querem aplicar no Brasil, em caso de golpe, representa o desmonte do Estado brasileiro. “É o retorno a um país voltado para apenas dois quintos da população”, disse Pochmann em entrevista publicada nesta terça-feira, dia 22, no Portal Vermelho.

“Os liberais não gostam,

infelizmente, do povo. Acreditam que o povo não cabe no país, que os pobres têm que ficar de fora. Portanto, defendem políticas antipopulação, contra os trabalhadores”, afirmou Pochmann. Privatizações, fim da política de valorização do salário mínimo, revisão da estabilidade para funcionários públicos, mudanças na legislação trabalhista e fim de todas as vinculações constitucionais obrigatórias. Estas são algumas das medidas defendidas por personagens como o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a ex-diretora do BNDES no governo de Fernando Henrique Cardoso,



Eliane Landau. Essas medidas, avaliou Pochmann, “fazem parte do mesmo receituário, que vem desde o final dos anos 1980, e parte delas já foi, inclusive, encaminhada”, durante os governos do PSDB.

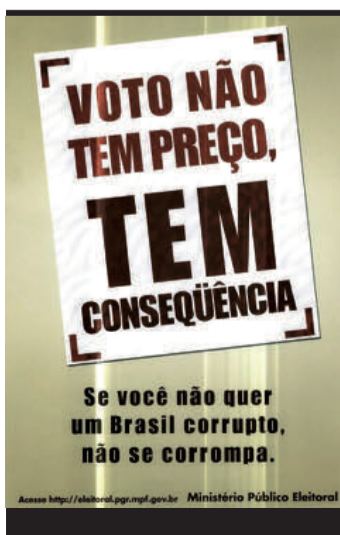
“Depois de 2002, essa agenda, de certa maneira, não foi aprovada pelas urnas, embora continue a haver uma campanha importante nos meios de comunicação, com críticas referentes ao Estado, buscando encontrar viabilidade para o retorno dessa pauta”, ressaltou o economista. De acordo com ele, no quadro atual de crise econômica e enfraquecimento do governo, a direita encoraja o retorno desse

discurso derrotado nas últimas quatro eleições. Os liberais têm um “compromisso de fé”, segundo o professor do Instituto de Economia da Unicamp, em acreditar que o Estado brasileiro segue sendo o problema do país. “Mas a experiência que se acumulou, de 2002 para cá, mostra que o Estado não foi o problema, pelo contrário, tem sido a solução”, destacou. “Vemos sinais de que é possível, através de políticas públicas sobretudo, enfrentar os problemas que o Brasil acumulou historicamente, como desigualdade, desemprego, a questão da inclusão social”, defendeu o ex-presidente do Ipea.

87% da população é contra o financiamento empresarial de campanha eleitoral no país

Pesquisa realizada pela Hello Research, divulgada pelo site da revista *Exame*, revela que o fim do financiamento empresarial de campanhas agrada a 87% dos brasileiros. Quase nove em cada dez dos entrevistados declararam acreditar que o financiamento privado facilita a corrupção. Para produzir o levantamento, a agência especializada em pesquisa de mercado ouviu 1.193 pessoas em 70 cidades em todo o Brasil. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal vetou o financiamento empresarial de campanhas, por oito votos a três. A decisão pode incluir o país na lista dos que proíbem doações de empresas a campanhas políticas.

No início deste ano, o PT divulgou que não receberia mais recursos de empresas para campanhas de seus candidatos. De acordo com o Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral Internacional (IDEA), atualmente 39 países não permitem financiamento empresarial. Entre eles estão Canadá, Portugal, França, México, Paraguai e Peru. A Espanha debate o assunto, e está propensa a adotar a medida. Ainda segundo o



levantamento, realizado por 15 anos, há uma tendência mundial de ampliação das restrições às doações por empresas.

“Em todo o mundo, a política se tornou um negócio caro, em tal magnitude que o dinheiro é hoje uma das maiores ameaças à democracia”, afirma um relatório de janeiro do instituto, de acordo com matéria publicada na BBC Brasil. Outros países adotaram limites para as doações. No Brasil, a expectativa dos movimentos sociais que militaram pelo fim das doações privadas é que a medida passe a valer já nas eleições do próximo ano. O tema será novamente debatido pelo Senado. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 113/2015, favorável ao financiamento empresarial, aguarda análise da Comissão de Reforma Política da Casa, presidida pelo senador Jorge Viana (PT-AC). No entanto, as chances de que a proposta seja aprovada no Senado são pequenas, pois os senadores rejeitaram projeto de lei, também originário da Câmara dos Deputados, sobre o mesmo assunto.

IVAN DA COSTA MARQUES

Pró-reitor quer programa forte de pós-graduação e pesquisa na UFRJ

Foto: Renan Silva

O atual pró-reitor de Graduação e Pesquisa é o professor e pesquisador Ivan da Costa Marques, que agrega ao currículo na UFRJ experiência também na iniciativa privada. Na sua avaliação, o país precisa investir mais nas duas áreas, mas com um modelo próprio e voltado para as condições e os problemas brasileiros.

“Temos no Brasil um sistema de pós-graduação talvez singular na América Latina, construído com esforços que, se quisermos marcar um início, remontam à criação do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], em 1951. Podemos dizer que a pós-graduação e a pesquisa no Brasil lograram se institucionalizar, o que não é pouco em um país que talvez não saiba reconhecer suas riquezas porque não sabe medir-se e porque a má distribuição e a falta de reconhecimento delas (por exemplo, o conhecimento popular como uma riqueza) acarretam carências escandalosas.”

Retorno ao contribuinte

Na opinião de Ivan Marques, no atual momento, a pós-graduação e a pesquisa no Brasil estão sendo questionadas, confrontadas e desafiadas com exigências – explícitas ou subentendidas – para que melhor seja explicado o que retornam para a nação em troca dos recursos que recebem. “Isso é bom, e é resultado do intervalo mais democrático vivido no Brasil nas últimas décadas, pois começamos a deixar para trás, espero, a mentalidade senhorial de que a manutenção de uma casta que domina os códigos da linguagem científica justifica-se por si mesma”, afirma.

As mudanças, segundo o pró-reitor, devem e necessitam ocorrer, mas de forma a manter e preservar o que de bom foi construído. “Eu diria que as mudanças devem ser na direção das pós-graduações e das pesquisas brasileiras irem além de contribuir para o chamado ‘conhecimento científico universal’ e de buscar a excelência em escrever papers para revistas estrangeiras (afinal são o sumo dos critérios de excelência da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – agência de fomento à pesquisa]. E como ir além? Voltando-se mais para as condições e os problemas brasileiros. Situando e localizando os conhecimentos produzidos e desen-

volvendo suas próprias entidades de conhecimento, ao invés de replicar, sem crítica e seleção, as entidades de conhecimento que nos chegam dos (e que vamos buscar nos) países que nos servem de modelo”.

Conhecimento próprio

O pró-reitor vislumbra um “programa forte” de pós-graduação e pesquisa na UFRJ. Um programa que, a seu ver, deve caminhar na direção de conhecimento próprio. Ele enumera pelo menos três condições para que um projeto desse tipo possa ser bem-sucedido: 1) adesão voluntária dos programas específicos de pós-graduação; 2) que ele seja configurado com e pelos próprios programas, em processo em que o papel da Pró-Reitoria é constituir-se como um centro não autoritário; 3) que os problemas brasileiros, regionais e locais, inclusive aqueles identificados na extensão, no ensino e na administração da própria UFRJ, sejam fontes de problemas para a pesquisa.

“É um caminho longo, mas vou ficar muito satisfeito se nos próximos quatro anos começamos a percorrê-lo mais consistentemente. Talvez se possa dizer que o ‘programa forte’ se resumiria a maior ousadia na criação de conhecimento próprio, local, situado e robusto (resistente às controvérsias)”, reflete.

Ivan da Costa Marques acha relevante o papel que a comunidade de pós-graduação e pesquisa pode ter na construção e na descoberta de entidades de conhecimento. “Sejam elas habitantes do mundo cognitivo das ‘coisas em si’ (a Natureza) ou do mundo cognitivo dos ‘homens entre si’ (a Sociedade)”, avalia.

Segundo o pró-reitor, “a qualidade da opção pela democracia que queremos fazer no Brasil se relaciona em nos entendermos e nos medirmos com nossas próprias entidades de conhecimento”.

“Se nos restringirmos a replicar desavisadamente as entidades de conhecimento inventadas, criadas, construídas ou descobertas nos países que nos servem de modelo, acabaremos sendo o que eles dizem que as naturezas-sociedades no Brasil somos ou o que os Brasis são. É assim que nos classificaram primeiro como selvagens, atrasados; depois, subdesenvolvidos; e agora não competitivos – entidades de conhecimento que não inventamos, criamos, construímos ou descobrimos. Mas desempenhar um papel crucial



IVAN da Costa Marques

e destacado na criação de nossas próprias entidades de conhecimento não implica adotar nacionalismos isolacionistas”, observa.

Qualificação da categoria

A respeito das demandas dos técnicos-administrativos em educação relativas à sua qualificação na área da pós-graduação, o pró-reitor vê com simpatia o interesse da categoria em aproveitar os cursos já oferecidos pela universidade. Porém, vê diferença em se abrir cursos de pós-graduação para atender especificamente a categoria, mas está disposto a discutir propostas.

“Isso não impede, é claro, que a partir de colocações e problemas identificados pelo corpo técnico-administrativo possam se configurar áreas para abertura de cursos de pós-graduação. Neste caso, essas áreas muito provavelmente incluirão demandas de maior escala a serem analisadas pelos conselheiros universitários”, disse.

Currículo de empreendedor

Ivan da Costa Marques é formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com mestrado e doutorado em Engenharia Eletrônica e Ciência da Computação pela Universidade da Califórnia. Foi professor pesquisador da Coppe na década de 1970 e diretor em 1976 do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, hoje Instituto Tércio Passitti.

Foi coordenador de Política Industrial-Tecnológica da Capre e diretor-técnico da Digibrás (órgãos da então Secretaria de Planejamento do governo federal) de 1977 a 1980. E principal executivo da Embracomp/EBC, empresa privada fabricante de terminais e outros pequenos equipamentos

de informática no Rio de Janeiro. Depois, até julho de 1990, dirigiu a fabricante estatal de computadores Cobra S.A.

Em 1990 retornou à vida acadêmica como pesquisador-visitante no Comitê de Estudos Históricos da New School for Social Research, em Nova York. Voltou ao Brasil em agosto de 1992, e à UFRJ, em 1995. Desde então dedicou-se ao desenvolvimento dos Estudos CTS (Ciências-Tecnologias-Sociedades), atuando no Programa de Pós-Graduação de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da UFRJ e como presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Esocite.BR).

Horto da UFRJ celebra a primavera e o Dia da Árvore

Em 23 de setembro, às 5h20, entramos na estação das flores: a primavera. Na UFRJ, o campus da Ilha do Fundão fica todo florido e mais alegre. São vários ipês em flor! A unidade que cuida de toda a flora dos campi da universidade é o Horto da Prefeitura Universitária. Os trabalhadores, estudantes e o público em geral que transita no espaço universitário desfrutam de um local muito especial e bem cuidado.

Nas datas ligadas ao meio ambiente, o Horto sempre promove eventos. Tradicionalmente, realiza uma boa programação na Semana do Meio Ambiente, em junho, e no Dia da Árvore, em 21 de setembro. Mesmo com a greve dos técnicos-administrativos em educação, as equipes do Horto não deixaram que o Dia da Árvore passasse em brancas nuvens. A data, que antecede o início da primavera, foi simbolicamente festejada pela com doação de mudas de ipês de todas as cores, pau-brasil e pau-sangue. Ao longo de 2014, foram produzidas mais de quatro mil mudas dessas espécies.

Lugar de se aprender

O Horto da UFRJ trabalha voltado para desenvolver educação, pesquisa e extensão com a execução de projetos que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária e do entorno da Cidade Universitária, localizada na Ilha do Fundão. Muita gente visita o Horto — principalmente alunos e professores da UFRJ e de escolas públicas — e aprende sobre a natureza com as equipes de profissionais. A unidade é campo de pesquisa de vários cursos da universidade e integra projetos voltados para a

comunidade externa. Há no Horto também uma horta comunitária que faz tanto sucesso, que há fila de espera pelas verduras e legumes.

Além do cultivo de mudas, o Horto é responsável pela produção de insumos para a manutenção das áreas verdes da UFRJ e pelo desenvolvimento de várias outras atividades, tais como: compostagem, para produzir terra vegetal; cultivo de plantas ornamentais, medicinais e aromáticas; manutenção de um pomar; arborização da Cidade Universitária e dos

outros campi da UFRJ; recuperação da Mata Atlântica na Ilha do Catalão e manutenção dessa área como corredor verde; apoio à revitalização do mangue e às ações que visem preservar os ecossistemas ameaçados na Ilha do Fundão, como restingas e lagos; aulas práticas e pesquisas de diversas disciplinas; apoio a grupos de agroecologia da universidade e empréstimo de vasos ornamentais para enfeitar eventos da comunidade universitária.



Primavera é vida e alegria

De acordo com a Mitologia Grega, a história da primavera passa-se numa época em que os campos eram inundados de flores todos os dias do ano e os homens desfrutavam de um tempo sem estações, onde a natureza tudo lhes dava. Não havia, por isso, estações do ano e os dias eram todos agradáveis, como convinha à condição divina.

A responsável por este feliz estado de coisas era Ceres, uma das esposas de Júpiter, filha de Cronos e Reia, e Senhora das colheitas, da terra cultivada e das estações do ano. Mas, até para os Deuses, nem sempre tudo corre em perfeição.

Um dia, a sua filha, Proserpina, que brincava num campo cheio de belas e cheirosas flores, foi avistada

por Plutão, que, desde logo, se apaixonou pela sua beleza e, com um acordo secreto com Júpiter, se apressou a carregá-la no seu carro, levando-a consigo para seu reino, o das trevas. Desesperada, na sua dor de mãe, Ceres recusou-se a continuar a alimentar os campos e partiu em busca da sua amada filha. Entregues a esse abandono, os campos foram secando e nada voltou a crescer.

Vendo os homens padecer de fome, Júpiter resolveu interceder junto ao poderoso Plutão e ajudar Ceres a resgatar a refém. Acontece que Proserpina já tinha comido alguns grãos de uma certa romã e já não era possível voltar à sua condição anterior, pois mantinha-se

ligada a Plutão (...) procuraram assim uma solução de consenso, a solução possível. Ela passaria nove meses com sua mãe na superfície e os outros restantes com o seu senhor no mundo das trevas.

Mesmo não conseguindo resgatar inteiramente sua filha, numa demonstração de alegria, Ceres voltou a cobrir a terra de flores. Como então, nesta época que vivemos celebramos esse momento de alegria em que a terra, paralisada pelo frio, renasce e floresce. Nesta época lembramos que os ciclos se sucedem, que após a dor e a paralisia vem de novo a vida, numa manifestação cheia de aromas e texturas que inunda nossos sentidos.



Na segunda-feira, 21 de setembro, a bióloga Rose Holanda e a agrônoma Roberta Kelly Rabello, com a ajuda de outros profissionais do Horto, eram as encarregadas pelas doações de mudas de árvores. Uma tenda foi montada nos jardins da Prefeitura Universitária das 11h às 13h, para atender os interessados. “Esta é uma ação educadora e de respeito ao meio ambiente, que visa aproximar as pessoas da natureza”, definiu Roberta.

